



UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIO OU FRAÇÃO APÓS OPERAÇÃO URBANÍSTICA SUJEITA A CONTROLO PRÉVIO

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mêda

REQUERENTE

Nome/Denominação:*					
Domicílio/Sede:*				N.º:	Lote:
Código Postal:			Localidade:*		
NIF/NIPC:*			Data de Nascimento:		
Tipo de Documento de Identificação:				N.º:	
Válido até:					
Código de Acesso à Certidão Comercial Permanente:					
Contacto Telefónico:			Fax:		
E-mail:*					
Qualidade de:	<input type="checkbox"/> Arrendatário	<input type="checkbox"/> Comodatário	<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Superficiário	
	<input type="checkbox"/> Usufrutuário	<input type="checkbox"/> Outra:			

(Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório)

NOTIFICAÇÕES

As notificações e comunicações, nos termos do disposto no artigo 121.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), serão efetuadas por **correio eletrónico** para o seguinte e-mail:

Salvo quando este meio não for possível ou se mostrar inadequado poderão ser realizadas por via postal para o Domicílio/Sede do Requerente

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

Local			
Morada:			
N.º:	Andar/ Lote:		
Freguesia:			
Código Postal:			
Sítio ou lugar:			
Registo Predial			
Código de Acesso à Certidão Permanente do Registo Predial:			
Artigo matricial <input type="checkbox"/> urbano <input type="checkbox"/> rústico	Nº Artigo matricial:		



PEDIDO

Vem requerer a V.^a Ex.^a, ao abrigo do estabelecido no artigo 62º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, a utilização de:

Edifício Fração _____

Descrever: _____

ANTECEDENTES:

Existe para o local:

Processo obra nº/ano _____ / _____

ATIVIDADE

A – Empreendimento turísticos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua atual redação.

Vem requerer a V. Exa. a utilização para fins turísticos, no prédio a seguir identificado, que titulará a instalação de:

<input type="checkbox"/> Estabelecimento hoteleiro	<input type="checkbox"/> Aldeamento turístico
<input type="checkbox"/> Apartamento turístico	<input type="checkbox"/> Conjuntos turísticos
<input type="checkbox"/> Empreendimento de Turismo de Habitação	<input type="checkbox"/> Empreendimento de Turismo no Espaço Rural
<input type="checkbox"/> Parque de campismo e de caravanismo	
Classificação pretendida	Capacidade
Nome do Estabelecimento	
Utilização licenciada	
.	

B – Outras atividades sujeitas a autorização de utilização específica

Vem requerer a V. Exa. a utilização para:

Utilização pretendida	
Enquadramento legal	



ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

Deverá juntar os elementos instrutórios previstos no n.º 28 do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro:

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1;
- Identificação da operação urbanística ao abrigo da qual foram realizadas as obras;
- Telas finais, quando tenham existido alterações do projeto, devendo as mesmas estar devidamente assinaladas;
- Ficha de elementos estatísticos;
- Termo de responsabilidade subscrita pelo diretor da obra ou pelo diretor de fiscalização da obra, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º -A do RJUE.

INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Responsável pelo tratamento dos dados: Município de Mêda sito no Largo do Município, 6430-197 Mêda, telefone: 279 882 520, e-mail: geral@cm-meda.pt

Encarregado de proteção de dados: O Encarregado de Proteção de Dados designado pelo Município de Mêda pode ser contactado através do e-mail: protecaodadedados@cm-meda.pt

Finalidade do tratamento: Corresponde à finalidade do procedimento administrativo, requerimentos, documentos ou comunicações apresentadas.

Licitude do tratamento: Cumprimento pelo Município das suas obrigações legais e das suas funções de interesse público e autoridade pública, enquanto órgão da Administração Pública.

Dados pessoais e categorias: Os dados pessoais recolhidos são os necessários ao cumprimento da finalidade do procedimento administrativo, requerimentos, documentos ou comunicações apresentadas.

Destinatários dos dados pessoais: Os destinatários dos dados pessoais são os serviços municipais. Os dados pessoais apenas serão transmitidos a terceiros, nomeadamente outras entidades públicas, em cumprimento de obrigações legais.

Prazo de conservação dos dados pessoais: O prazo necessário ao cumprimento da finalidade do tratamento, acrescido do prazo legalmente previsto para o arquivo dos documentos ou ficheiros onde os dados estão registados.

Direitos que pode exercer: Confirmação de que os dados pessoais são objeto de tratamento; direito de acesso aos dados pessoais; direito de retificação; direito ao apagamento dos dados; direito à limitação do tratamento; direito de oposição ao tratamento; direito de retirar o consentimento em qualquer altura; e direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo (CNPD). Poderá exercer estes direitos nos termos e condições previstos na legislação, mediante contacto e melhor esclarecimento com o Encarregado de Proteção de Dados.

Outras informações: Não existem decisões automatizadas, nem a definição de perfis. Qualquer violação de dados pessoais será levada a conhecimento do interessado no prazo legal.

Para mais informações poderá consultar a nossa política de privacidade no nosso website: <https://www.cm-meda.pt/>

OUTRAS DECLARAÇÕES

O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Mêda, _____ / _____ / _____

O Requerente,